

Defensor, Promotor, Herói: Produção de Mitos e Construção Identitária do Jornalista na Ditadura Militar no Brasil¹

Fernanda Lima LOPES²
Universidade Veiga de Almeida

Resumo

Durante o regime de exceção instaurado pós-golpe de 1964, e mesmo em relatos memoráveis sobre o período, grande parte do discurso autorreferencial dos jornalistas aponta para a construção de uma identidade profundamente ancorada nas ideias de defesa das liberdades (de imprensa, principalmente) e da democracia. Uma figura mítica de herói é exaltada em face das situações de censura, prisões e perseguições que atingiram o campo jornalístico, ainda que elas tenham sido vividas de modo bem particular, apresentando diferentes graus de intensidade e resultando em reações diversas em relação a diferentes veículos de comunicação e grupos de jornalistas.

Palavras-chave

Ditadura militar; identidade; jornalista; memória.

Apresentação

É extremamente comum que os jornalistas se autorreferenciem como atores sociais crucialmente necessários para o justo funcionamento de uma democracia. Com efeito, a instauração de ditadura, mesmo que promova o silenciamento e a interdição do jornalismo no cenário político nacional, não representa força capaz de esmorecer esse tipo de discurso. Pelo contrário, ao que parece, os períodos de exceção ajudam a mistificar esse tipo de percepção que os jornalistas fazem de si.

O sentido de mito que se adequa à presente análise não tem o sinônimo de crença enganosa, tampouco é utilizado com a intenção de desqualificar ou desacreditar a contribuição do trabalho jornalístico para a efetiva realização ou para suporte de práticas e processos democráticos. A compreensão de processos de mistificação através dos quais os jornalistas produzem significado sobre sua própria existência se embasa nas reflexões dos anos 1950 feitas por Roland Barthes (1985) a respeito dos mitos da vida cotidiana francesa. Para o autor, os usos de certos termos, a adoção de certas posturas, a repetição de formas criam esquemas ou tipos embalsamados. “Pois o objetivo preciso dos mitos é imobilizar o

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Doutora e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela UFMG. Docente em MBAs das universidades Estácio de Sá e Veiga de Almeida. E-mail: ferdynanda@yahoo.com

mundo” (1985, p.174), como se todo o processo histórico que contribuiu para a construção daquele sentido fosse apagado e que as coisas fossem percebidas como essenciais e permanentes - e não fruto de construção ou derivadas do uso dado a elas.

Durante o regime militar instaurado pós-golpe de 1964, e sobretudo em relatos memorialistas sobre o período, as situações de autorreferência por parte dos jornalistas apontam para a construção de uma identidade profundamente ancorada nas ideias de defesa das liberdades (de imprensa, principalmente) e dos valores democráticos. A figura mítica de herói é exaltada em face das situações de censura, prisões e perseguições que atingiram o campo jornalístico, ainda que elas tenham sido vividas de modo bem particular, apresentando diferentes graus de intensidade e resultando em reações diversas em relação a diferentes veículos de comunicação e grupos de jornalistas.

De qualquer maneira, é importante salientar que a figura de jornalista promotor e defensor das liberdades e da democracia, além de intelectual que age em favor de outrem, preocupado em denunciar e levar ao conhecimento público os abusos e desvios do poder, não é intrínseca ao ser jornalista, mas foi sendo negociada e naturalizada, no decorrer do tempo. Como já defendido na abertura deste texto, os momentos de ditadura foram cruciais para o fortalecimento de tais representações do jornalista brasileiro. Nos parágrafos a seguir, o foco analítico vai se dirigir, prioritariamente, ao período da ditadura militar que se instaurou no país a partir de 1964. Alguns fatos e processos históricos relativos ao campo jornalístico serão revisitados, tendo como ancoragem reflexiva a questão sobre a construção de modelos identitários a partir de vivências e memórias de fatos e processos históricos, e através da produção discursiva, imagética e axiológica de mitos.

Censura e produção de sentido para o papel da imprensa

O cenário de restrições e censura que uma ditadura desenha para a imprensa, embora tenha a força de, efetivamente, impor entraves ao exercício do jornalismo e à circulação pública de certos assuntos, oferece aos jornalistas a ambientação necessária para reiterarem o discurso de que a imprensa é fundamental na manutenção da democracia e das liberdades. A auto-atribuição pelos jornalistas dos papéis de defensores dos valores democráticos e promotores das garantias individuais e coletivas não pode ser considerada uma novidade do regime militar pós 1964, uma vez que pode ser encontrada desde os primórdios da circulação de periódicos no Brasil, quando a monarquia controlava os poucos meios de impressão da colônia e proibia as publicações não oficiais; ou no Brasil já República, quando a ditadura Vargas implantou o DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, por

exemplo. De modo geral, os períodos de exceção fornecem ancoragens oportunas para os jornalistas se autorreferenciarem em oposição aos que promovem interdições do discurso. Se o argumento funciona por oposição e se o antagônico é o ditador, logo, o jornalista sobressai como o contrário da ditadura, ou seja, o defensor da democracia e das liberdades.

Além das funções auto-atribuídas de promotória e defensoria, a imagem de porta-vozes dos interesses coletivos também ganha reforço. Ao insistirem na conexão de seu trabalho com valores caros à coletividade, apontando a si mesmos como intelectuais que agem em favor de outrem, preocupados em denunciar e levar ao conhecimento público os abusos e desvios do poder, os jornalistas dão a entender que não agem em benefício próprio. Sua atividade é, então, percebida como a de um porta-voz desinteressado, ou melhor, cujos interesses repousam sobre o bem comum. Uma aura de altruísmo emerge desses sentidos.

Por consequência lógica, toda vez que uma ditadura promove o silenciamento da imprensa e a interdição de conteúdos, isso não adquire o significado de uma agressão apenas a uma categoria profissional ou grupo, mas ganha a dimensão de um ataque direcionado a toda a sociedade. Metonimicamente, quando um jornal ou mesmo um único jornalista é vitimado por algum ato da ditadura - como aconteceu, por exemplo, com o jornal *Última Hora*³ ou com o jornalista Vladimir Herzog⁴ - é como se aquela ferida atingisse a toda imprensa e, por conseguinte, a todo cidadão beneficiado por ela.

Resistência, enfrentamentos, perseguições, heroísmo

Sob muitos aspectos, o grupo dos jornalistas é tomado como um dos mais simbólicos atores sociais da resistência não-armada contra a ditadura militar pós 1964, juntamente com os estudantes e a Igreja Católica, sobretudo na figura de Dom Hélder Câmara.

No livro *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*, por exemplo, o jornalista Pery Cotta (1997) conta sobre a época em que ele trabalhava no jornal *Correio da*

³ O diário *Última Hora*, abertamente favorável ao governo de João Goulart, enfrentou um grande baque no dia do golpe militar. Sua sede carioca foi invadida e depredada (SODRÉ, 1966) e seu dono, Samuel Wainer, teve que ir para o exílio. Nos anos seguintes, aos poucos, o jornal fundado em 1951, que havia sido tão expressivo e politicamente atuante na era Vargas foi esmorecendo, enfrentando crises financeiras, boicote publicitário (ROMANCINI e LAGO, 2007) e, paulatinamente, perdendo a importância que tinha no plano nacional. Em São Paulo, sua sucursal foi assumida, em 1965, pelo grupo Folha; em outros estados, suas unidades passaram para outros donos ou simplesmente fecharam (RIBEIRO, 2000).

⁴ Já no período em que os militares sinalizavam uma abertura, o jornalista e diretor da TV Cultura foi preso pelo DOI-Codi e assassinado em suas dependências.

Manhã, durante a ditadura militar. Em diversas passagens do texto, o autor procura atrelar o papel de jornalista ao de defensor dos interesses públicos, dos valores de liberdade:

“Os objetivos do velho CM [Correio da Manhã] eram as mesmas aspirações coletivas da sociedade brasileira, defendidas por ele com fervor, dentro da linha marcante do interesse nacional e do compromisso direto com os leitores. Suas opiniões coincidentes com o bom senso geral, sempre surgiam de forma natural e afloravam com o costumeiro brilho. Dessa forma, espelhavam força política sempre crescente e, em conseqüência, ganharam autoridade moral incomparável.” (COTTA, 1997, p. 18)

A despeito de tais loas direcionadas ao *Correio da Manhã* por Pery Cotta, vale lembrar que exatamente esse veículo de comunicação foi um dos apoiadores da chamada “Revolução”, que, na verdade, acabou sendo um golpe dos militares que tomaram o poder em 1964. Esse assunto será mais comentado posteriormente. Por ora, vale continuar lançando olhares sobre as construções em torno da mítica profissional do jornalismo combativo.

Muito dessa percepção em relação ao jornalismo se deve às experiências da imprensa alternativa, que, por seu caráter contestador, também encampava a imagem de audácia, irreverência e coragem associada ao mito de herói. Em sua maioria fundadas por jornalistas, essas publicações procuravam fugir dos padrões empresariais, estratégia que editorialmente chegou a alcançar sucesso, mas que financeira e administrativamente condenou muitas delas ao fracasso. Exemplo parcialmente bem sucedido e que conquistou altas tiragens foi *O Pasquim*, que reuniu Sérgio Cabral, Zuenir Ventura, Millôr Fernandes, Tarso de Castro, Ziraldo, Jaguar, todos que já faziam do jornalismo seu principal *metier*. Entretanto, segundo Sérgio Cabral, o jornal era muito mal administrado. Ele conta que houve momentos de abundância, porém, no enfrentamento da censura, proliferavam também dificuldades financeiras, tanto que ele mesmo, depois de passar um tempo exclusivamente como diretor do jornal e ter ali sua única fonte de renda, acabou tendo que buscar outras formas de sobreviver:

1971 foi o pior ano da minha vida. Eu quase me separei da minha mulher, foi um ano terrível, porque eu não tinha dinheiro, *O Pasquim* não tinha dinheiro e eu sobrevivia d’ *O Pasquim*. Então, eu pegava dinheiro num banco e, na hora de pagar, eu não tinha dinheiro e pegava em outro para pagar...” (Sérgio Cabral, depoimento de 27 de agosto 2008 ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo)

Já o jornal *Opinião*, fundado em 1972, em São Paulo, foi uma exceção entre os periódicos alternativos em termos de organização administrativa, destoando do caráter artesanal da maioria (KUCINSKI, 1991). Por outro lado, ia na mesma direção de seus pares

no que diz respeito ao empenho em oferecer um conteúdo contestador e politicamente engajado contra a ditadura. Fundado por Fernando Gasparian, um “integrante da burguesia ‘esclarecida’” (ROMANCINI e LAGO, 2007), mas que também passara pela experiência do jornalismo, *Opinião* sofreu com a censura prévia e com o rompimento com o jornalista Raimundo Pereira, que saiu da função de editor para fundar seu próprio jornal, o *Movimento*.

Mas as representações em torno do caráter contestador, corajoso e criativo do jornalista não se devem apenas à imprensa alternativa. Na chamada grande imprensa também não faltam exemplos lendários de estratégias usadas pelos jornalistas para driblar os censores, como a famosa previsão do tempo publicada pelo *Jornal do Brasil* logo após a promulgação do malfadado AI-5: “Tempo negro, temperatura sufocante. O ar está irrespirável e o país está sendo varrido por fortes ventos”. Alberto Dines, que, aliás, comandava a redação do JB nessa ocasião, relembra, em livro posteriormente escrito, alguns outros subterfúgios dos jornalistas para mostrar ao leitor que a ditadura estava interferindo na imprensa:

“A memorável decisão de *O Estado de S. Paulo* em publicar poesias ou receitas culinárias no lugar de matérias proibidas pela censura é a maior demonstração de como esta é intrinsecamente falha, superável e pouco inteligente. Se ao público fica vedado o conhecimento do teor da notícia, fica evidente que naquele espaço, agora ocupado por um inexplicável poema, seria explicado algo que não interessava à sociedade. O curioso é que o público fareja censura instantaneamente, como que num sexto sentido, sem nenhuma explicação.” (DINES, 1977, p. 134)

É preciso, porém ter o cuidado para não tomar como reflexo especular da realidade alguns discursos mais audíveis e insistentes, como este, que diminui a eficácia da censura e promove, ainda que indiretamente, uma exaltação do jornalista. Outras interpretações e percepções pintam o mesmo quadro, ainda que com outras cores. Justamente em relação ao mesmo episódio comentado por Dines sobre *O Estado de S. Paulo*, Oliveiros Ferreira, que foi secretário de redação desse jornal naquele período, apresenta uma visão destoante, capaz de desmistificar um pouco essa visão sobre a censura, o jornalismo e o público. Em primeiro lugar, ele relata que o jornal deixava os espaços das matérias censuradas em branco, mas que quando isso fora também proibido, ele se viu obrigado a encontrar outro escape contra os vetos e que sinalizasse ao leitor algum tipo de problema:

(...) vamos encontrar outro recurso: “vamos publicar poesia”. Aí começamos a publicar alguma coisa. (...) Qual é a reação do público? Cartas dizendo: “muito bem, o *Estado* agora está difundindo a cultura!”. Mas não ligávamos e continuávamos fazendo isso. (Depoimento de

Oliveiros Ferreira ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo em setembro de 2008).

Oliveiros Ferreira continua o depoimento mostrando que ele, apesar de, inicialmente, ter acreditado na eficácia de suas estratégias, isso não era compartilhado com todos os seus colegas de redação. Ficou decepcionado depois que percebeu o baixo impacto de alguns recursos textuais (poesias, receitas...) junto ao público, que nem sempre captava a mensagem.

O Júlio Neto [da família proprietária do jornal] me dizia: “Oliveiros, isso não adianta, eles não vão saber” (...) Um dia, estou despachando, chega uma colega e diz assim: “Oliveiros, ninguém sabe que o jornal está sendo censurado”. Fiquei bravo com ela e nisso toca o telefone, é um conhecido meu do Segundo Exército e eu perguntei: “Você sabe que o jornal está sendo censurado?” [ele responde:] “Eu não”. (Depoimento de Oliveiros Ferreira ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo em setembro de 2008).

Tendo considerado que a realidade da concretude histórica, bem como a percepção posterior sobre ela são múltiplas e heterogêneas, nem sempre correspondentes, fica mais fácil entender toda mistificação e retórica em torno do jornal ou jornalista perseguido, às quais se fazem por meio de contínua e insistente representação do jornalista como atrelado à sua “missão” de informar, denunciar, ser mediador entre os fatos e o público. Nesse contexto, as figuras do herói que busca publicar a verdade a qualquer custo e do profissional comprometido com o bem comum ganham elementos e ancoragens para serem contadas, lembradas e ressignificadas nos processos de autoafirmação.

Uma das figuras mais proeminentes para a consolidação da imagem do jornalista perseguido e injustiçado pelos ditadores foi – e ainda continua a ser – o jornalista Vladimir Herzog. Em 25 de outubro de 1975, o então diretor da TV Cultura, que também trabalhara em jornalismo impresso, na revista *Visão* e na TV *Excelsior*, apresentou-se espontaneamente ao quartel do DOI-Codi em São Paulo após ter sido intimado a fazer isso. A repressão buscava pessoas que pudessem ser enquadradas como comunistas e Vlado fora tomado com uma dessas. Nesse mesmo dia, após sessões de tortura, o jornalista não resistiu à violência e morreu. A versão oficial declarando que ele cometera suicídio foi amplamente desacreditada entre os colegas da imprensa e também por outros setores da sociedade.

A memória desse episódio foi trabalhada em diversos níveis, tanto a curto quanto a longo prazo. Nos dias que sucederam a morte de Vlado (apelido pelo qual era conhecido), os aparatos repressivos procuraram abreviar os rituais judaicos para velar e enterrar o

corpo⁵, além de terem procurado silenciar ou diminuir a importância do ato ecumênico que cegou a reunir oito mil pessoas na Catedral da Sé.

Em depoimento para José Hamilton Ribeiro (1998), Audálio Dantas, que exercia cargo de presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo quando Vlado foi morto durante alguns anos da ditadura, lembra que o sindicato, nessa época, acabou se tornando um ponto de referência das pessoas que buscavam informações não oficiais, porém, mais credíveis acerca de Vladimir Herzog e de outros jornalistas presos.

Dois anos depois dessa morte, ou seja, em 1977, o Comitê Brasileiro de Anistia teve a ideia de criar um prêmio batizado de Vladimir Herzog para ser concedido a profissionais da imprensa e/ou veículos de comunicação que fizessem oposição à repressão. A iniciativa teve o apoio da igreja católica, do sindicato dos jornalistas em São Paulo, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, da Associação Brasileira de Imprensa, da Federação Nacional dos Jornalistas. A primeira edição do prêmio foi em 1978 e mesmo com o fim do regime ditatorial, ele continua a ser concedido aos produtos jornalísticos que denunciem o desrespeito aos Direitos Humanos⁶.

Como é possível perceber, a institucionalização da memória desse jornalista e a constante lembrança do que ocorreu com ele durante o período de exceção significam movimentos de sedimentação mítica do lugar de vítima ocupado não apenas por aquele jornalista, em particular, mas por toda aquela categoria profissional. Esses lugares de memória – para usar um termo de Pierre Nora (1993) -, tais como os prêmios, as reportagens de aniversário da morte, entre outros, não se restringem à preservação de lembranças de um único indivíduo do grupo dos jornalistas, mas funcionam como contributos aos processos de produção de sentido para a identidade jornalística.

De fato, o período da ditadura militar no Brasil representou, para alguns trabalhadores da imprensa, um caminho intransponível para a prática de sua atividade profissional. A censura efetuou interdições precisas em algumas ocasiões e a perseguição aos que eram julgados subversivos efetivamente significou a prisão e morte de alguns deles. No “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964”, organizado pelo grupo Tortura Nunca Mais e pela comissão de familiares de mortos e desaparecidos do Instituto

⁵ Ricardo Noblat relata que a Congregação Israelita foi pressionada para não gastar muito tempo na cerimônia de enterro. Esta, que normalmente gasta duas horas, não demorou mais do que 15 minutos. Conta, também, que quando a mãe do jornalista conseguiu chegar, já estavam jogando terra em cima do caixão. Cf. <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2009/03/11/vladimir-herzog-30-anos-167943.asp>

⁶ Cf. <http://www.premiovladimirherzog.org.br/o-premio.asp>

de Estudos da Violência do Estado, há o nome e breve histórico de 22 jornalistas (apud RIBEIRO, 1998, p.139).

Conivência, silêncios, omissões, autocensura

Não obstante as situações de censura, prisões e perseguições tenham servido, muitas vezes, para exaltar a figura mítica do jornalista herói, corajoso, altruísta, que arrisca até sua própria vida na sua missão e no seu compromisso com o público, é necessário lembrar que, em grande medida, nem sempre os meios de comunicação adotaram uma posição de enfrentamento com o poder.

Bernardo Kucinski (1991) relata que os discursos jornalísticos não estavam cotidianamente comprometidos com as tentativas de resistir à censura ou de driblá-la:

“[f]requentemente, os jornais resvalavam para o colaboracionismo, veiculando notícias plantadas pela polícia sobre fugas ou atropelamento de presos políticos, indiscriminadamente chamados de terroristas. Tornavam-se cúmplices do processo de liquidação dessas pessoas.” (p.45)

Outra importante ponderação a ser feita tem a ver com o conceito de memória, até aqui visto como um mecanismo de resgate do passado e de construção identitária pela evocação e pela iluminação de momentos, personagens e discurso. Mas, se por um lado a memória é feita de lembranças, por outro lado, ela também é composta de esquecimento (TODOROV, 1995) e silêncios (POLLAK, 1989).

Sabendo disso e buscando outros olhares sobre a atuação dos jornalistas na ditadura, a pesquisadora Beatriz Kushinir se embrenha pela investigação de “um território sombrio e desconfortável: a existência de jornalistas que foram censores federais e que também foram policiais enquanto exerciam jornalismo nas redações.” (KUSHINIR, 2004, p.26). A pesquisa da autora dá conta de delinear heterogeneidades profundas nas atitudes dos membros do grupo dos jornalistas, demonstrando comprometimentos com diferentes interesses no jogo de poder protagonizado entre Estado e veículos de comunicação.

Outros autores e estudiosos do jornalismo também relatam que, apesar dos episódios de resistência e combate, nem sempre e nem todos os meios de comunicação e jornalistas adotaram uma posição de enfrentamento com o poder. Os trabalhos de síntese histórica feitos por Marialva Barbosa (2007), Cláudia Lago e Richard Romancini (2007) destacam que antes do golpe, parte significativa da imprensa, com exceção do já citado *Última Hora*, queria a saída de João Goulart da presidência. Eram os ecos de parte da classe média e de grupos sociais mais conservadores, os quais chegaram a acreditar que uma “Revolução”

serviria para preparar o terreno destinado a implantar um governo democrático de direita, em substituição à tendência esquerdista que vinha se encaminhando por Jango. Foi nesse cenário que o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou seus famosos editoriais de final de março de 1964, bradando “Basta!” e “Fora!” para o presidente. Em 1º de abril de 1964, dia do golpe, chegou a proclamar “Vitória”. Também integrava o rol de apoiadores da mudança o jornalista e político Carlos Lacerda, fundador da *Tribuna da Imprensa*, e que foi um dos articuladores civis do movimento, almejando uma futura posição política (BARBOSA, 2007; ROMANCINI e LAGO, 2007).

Posteriormente, com o endurecimento do regime e os arbítrios dos ditadores, tanto o *Correio* quanto Lacerda se voltaram contra os militares e, por isso, foram perseguidos, ameaçados, prejudicados política e economicamente. O primeiro chegou a perder seus direitos políticos e precisou sair do país, depois que se associou com os antigos rivais Jango e Kubitschek, montando a Frente Ampla, que logo foi declarada ilegal. O segundo, embora inicialmente aliado dos golpistas, também acabou desagradando aos militares quando passou a publicar denúncias sobre tortura e outros abusos. Com isso, perdeu os anúncios do governo e mesmo de outros anunciantes, que tinham medo de apoiar um “inimigo” do estado. Sem rentabilidade do eixo publicitário, esse veículo de comunicação acabou falindo em 1974.

A ditadura, porém, significou a bonança para alguns grupos de comunicação, como as Organizações Globo. Em livro para contar “A história secreta da Rede Globo”, Daniel Herz (1987) explica que desde 1961 o clã dos Marinho era beneficiado pelo capital estrangeiro. Porém, a lei brasileira fazia restrições à presença desse tipo de financiamento aos meios de comunicação brasileiros, as quais não foram plenamente seguidas pela Globo. Por meio de artimanhas em contratos, jogos de advogados e estratégias empresariais, a parceria ilegal da Rede Globo com o grupo Time Life, que já vinha desde 1961 foi sendo arrastada. No cenário político, o jornalista e parlamentar Carlos Lacerda anunciava o escândalo e fazia denúncias contra os Marinho. Com isso, ele conseguiu que o poder legislativo se dispusesse a investigar e forçar a TV Globo a enquadrar-se na lei brasileira. Contudo, o poder executivo, primeiramente na figura do presidente Castelo Branco e, posteriormente com Costa e Silva, acabou legalizando a TV Globo.

Considerações finais

As lembranças da atuação heroica e combativa dos jornalistas são constantemente evocadas em diferentes discursos pós-ditadura, originados ou não do grupo de jornalistas.

As imagens atreladas a esse profissional vão sendo sedimentadas em datas comemorativas, campanhas publicitárias, homenagens, premiações. Mesmo os jornalistas e veículos que não podem ser tomados como tipos exemplares nos movimentos de resistência à censura e à repressão acabam por lançar mão dessas representações que acabaram se tornando parte da memória coletiva e da identidade profissional dos jornalistas no Brasil.

Ao reeditar, em 2005, um trabalho sobre a *Folha de S. Paulo* que resultou de uma pesquisa realizada nos anos 1980, Carlos Eduardo Lins da Silva afirma que “Naquele período da vida nacional, a *Folha* foi uma espécie de porta-voz das ansiedades da sociedade civil que se organizava para restabelecer o Estado de direito e a democracia.” (SILVA, 2005, p.14-15). Porém, nem todas as vozes são unânimes em conceder esse status de defensor dos direitos e promotor das liberdades a qualquer um que se aproprie de tais imagens. Na visão de José Hamilton Ribeiro, expressa em um livro feito pelo Sindicato em 1998, “[a] Folha entrou num esquema de auto-censura que foi o mais covarde entre todos os grandes jornais brasileiros” (1998, p.106).

Em disputas e heterogeneidades como esta, é interessante perceber que o verdadeiro compromisso da imprensa é com sua própria reputação no espaço público, amparada pelas heróicas figuras de promotor da democracia, defensor das liberdades e porta-voz do interesse público. Independente da posição política momentaneamente adotada pelo jornal, a praxe é a da evocação do papel da imprensa na defesa da democracia, da liberdade e do bem comum. A credibilidade dos jornais e dos jornalistas é grande devedora da aproximação - e da reiteração discursiva de tal movimento - com esses valores. Assim, mesmo que a história demonstre inúmeras situações de passividade ou colaboracionismo de veículos e profissionais, o grupo dos jornalistas procurou se construir como símbolo de combate e resistência política.

Desse modo, independente dos jogos por reconhecimento individualizado e da credibilidade particular de atores sociais do campo jornalístico, o que se pretende salientar é que os sentidos acerca da identidade jornalística vão sendo construídos, principalmente pela memória, uma atividade substancialmente discursiva e autorreferencial, por meio da qual imagens e percepções são trabalhadas, seja pelo reforço, pelo apagamento, pela amplificação, pelo direcionamento interpretativo. Concomitantemente, as construções míticas ajudam a imobilizar, cristalizar, estagnar certos entendimentos sobre a profissão e sobre os profissionais. Nessa dinâmica, atores sociais lançam mão de tais mitos para negociarem sua própria legitimidade. Tudo isso deve ser entendido como estratégias de

consolidação da autoridade jornalística no espaço social, mediante a conquista de um lugar de fala que seja especial e que signifique poder.

Referências

- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: Cultrix, 1985.
- COTTA, Pery. **Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- DINES, Alberto. **O papel do jornal: A tendência da comunicação e do jornalismo no mundo em crise**. Rio de Janeiro: **Artenova**, 1977
- KUSHINIR, Beatriz. **Cães de guarda. Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1998**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**. São Paulo: Edusp, 1991.
- LOPES, Fernanda Lima. **Autorreferenciação e construção da identidade jornalística**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, fev. 2007.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**, v.2, n.3, Rio de Janeiro, 1989.
- RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas 1937 – 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1998
- ROMANCINI, Richard e LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007
- SILVA, Carlos Eduardo. **Mil dias: seis mil dias depois**. São Paulo: Publifolha, 2005
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- TODOROV, Tzvetan. **Les abus de la memoir**. Paris: Arlea, 1995.
- Outras:** Depoimento de Oliveiros Ferreira ao Centro de Cultura e Memória do Jornalismo em setembro de 2008